

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Plano Anual de Monitoramento e Avaliação 2013



Monitor de
Políticas Públicas
de C,T&I

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Dilma Rousseff

Presidenta da República

Marco Antônio Raupp

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação

Luiz Antônio Rodrigues Elias

Secretário Executivo

Documento elaborado pela Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação,
instituída pela Portaria MCTI nº 397/2012

Publicação coordenada pela Secretaria Executiva/ Assessoria de Acompanhamento e
Avaliação - ASCAV

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Esplanada dos Ministérios, Bloco E

CEP 70.067-900, Brasília, DF

Telefone: (61) 2033-7500

<http://www.mct.gov.br>

Todos os direitos reservados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Os textos contidos neste documento poderão ser reproduzidos, armazenados ou
transmitidos, desde que citada a fonte.

Sumário

1.	INTRODUÇÃO.....	2
2.	DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES	3
2.1.	Atividades de avaliação.....	4
2.2	Atividades de monitoramento.....	19
2.3	Atividades de suporte à política de monitoramento e avaliação.....	27
2.4	Atividades de Capacitação	34
3.	RECURSOS PREVISTOS	35

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o monitoramento e a avaliação de políticas, programas e projetos assumiu grande relevância no setor público brasileiro, acompanhando a modernização da Administração Pública, calcada nos princípios de um Estado orientado para o cidadão, focado em resultados, responsável, eficiente, eficaz e efetivo. Em vários países, este movimento foi seguido pela adoção dos princípios da gestão pública empreendedora e por transformações das relações entre Estado e sociedade.

A importância do monitoramento e avaliação de políticas públicas reside no fato de ser um processo sistemático cujo produto (informação confiável, útil e qualificada) pode subsidiar o planejamento, a implementação das intervenções governamentais, suas reformulações e ajustes, decisões sobre a manutenção, correção ou interrupção do curso das ações e, até mesmo, sobre a priorização de esforços e alocação orçamentária. É um instrumento fundamental para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para a divulgação de resultados de governo.

É relevante destacar que um fator importante para a institucionalização dos sistemas de monitoramento e avaliação é a utilização intensiva das informações por ele geradas, ou seja, é essencial construir os sistemas de monitoramento e avaliação sob a perspectiva da demanda (dos potenciais usuários de seus produtos), mais que da oferta. Alguns requisitos para a institucionalização dos sistemas de monitoramento e avaliação no setor público são a utilidade e credibilidade das informações geradas, a forte estrutura de incentivos e a capacidade de integração à agenda de planejamento e orçamento governamentais.

Nesse contexto, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação empreende esforços para que a sinergia entre monitoramento e avaliação contribua para o aprimoramento da gestão pública, fornecendo elementos que contribuam para o aumento da responsabilização, eficiência, eficácia e efetividade das políticas de ciência, tecnologia e inovação, e para o exercício do controle social sobre as políticas públicas. Para tanto, foi instituída e regulamentada a Política de Monitoramento e Avaliação do MCTI (Portaria Nº 397, de 5 de junho de 2012) que criou a Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação, e que será responsável pela elaboração e execução do Plano Anual de Monitoramento e Avaliação, o qual é detalhado a seguir.



2. DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

Esta seção constitui a principal parte deste Plano Anual. Nela estão detalhadas todas as atividades de monitoramento e avaliação e de produção de indicadores previstas para o ano de 2013. Essas atividades estão divididas em atividades de avaliação, atividades de monitoramento, atividades de suporte à avaliação e, por fim, atividades de capacitação.

2.1. Atividades de avaliação

É considerada atividade de avaliação qualquer estudo, pesquisa ou relatório referente às políticas, programas e ações que contribua para subsidiar o processo decisório e/ou que gere recomendações e sugestões de aperfeiçoamento de políticas, programas e ações. As atividades de avaliação compreendem, entre outras:

- i. Análises de implementação e de resultados imediatos de políticas, programas e ações;
- ii. Análise do perfil dos beneficiários das políticas, programas e ações;
- iii. Elaboração de diagnósticos e estudos de "linha de base";
- iv. Análises de impactos ou efeitos de políticas, programas e ações;
- v. Análises da eficiência, eficácia e efetividade de políticas, programas e ações.

A seguir, são detalhadas as atividades de avaliação previstas pelo MCTI para 2013, incluindo tanto as que já estão em andamento quanto as previstas para se iniciarem no próximo ano.

2.1.1. Avaliação da Infraestrutura de Pesquisa das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais vinculadas ao MCTI

Objetivo

Mapear a situação da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica no âmbito das unidades de pesquisa do MCTI, o nível de utilização e o perfil da demanda por essas infraestruturas.

Justificativa

A política de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) adotada na última década teve como uma de suas prioridades a recuperação, consolidação e ampliação da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica existente no País.

O Governo Federal - principalmente com a criação dos fundos setoriais, a reestruturação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (FNDCT) e a participação das empresas públicas (Petrobras, Embrapa, Fiocruz, etc.) - retomou os investimentos na infraestrutura física e laboratorial e na compra de equipamentos de pesquisa para as universidades, institutos e centros públicos de pesquisa.

No entanto, o MCTI não dispõe de um banco de dados que contenha informações que permitam avaliar e acompanhar as atuais condições dessa infraestrutura de pesquisa (física e equipamentos).

O mapeamento e estruturação de uma base de dados visa suprir a falta dessas informações e se constitui numa importante ferramenta que poderá:

- Ajudar a comunidade científica a identificar e conseguir acesso a recursos, serviços e instalações para a realização de suas pesquisas;

- Fornecer aos gestores de políticas acesso às informações sobre o estado atual da infraestrutura de pesquisa para identificar ausências e possíveis duplicidades e direcionar melhor a aplicação de recursos públicos;
- Incentivar a colaboração entre grupos de pesquisa de diferentes áreas e regiões e o uso mais eficiente dos recursos pela comunidade científica nacional;
- Apoiar a infraestrutura de pesquisa individual e incentivar um espírito de colaboração entre os pesquisadores brasileiros.

Metodologia

Revisão Bibliográfica: revisão de literatura sobre as experiências nacionais e internacionais relacionadas com o objeto da avaliação;

Reuniões Técnicas: com técnicos do MCTI/CNPq/FINEP; representantes de outras agências de fomento (CAPES e, eventualmente, FAPs); representantes da comunidade científica (Comitê Gestor do CT-Infra, membros dos comitês de avaliação do CNPq, etc.)

Coleta de dados: aplicação de questionário, visitas técnicas e entrevistas com coordenadores dos laboratórios, solicitando informações sobre a situação e capacidade atual do laboratório/infraestrutura/equipamento.

Cronograma

Atividades	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1 – Levantamento bibliográfico e definição de metodologia												
2 – Estruturação do questionário												
3 – Aplicação do questionário e visitas técnicas												
4 – Recebimento dos questionários												
5 – Análise de consistência e tabulação dos dados												
6 – Relatório Preliminar												
7 – Validação pelas UPs												
8 – Relatório Final												

Área responsável no MCTI

Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas da Secretaria Executiva (ASCAV/SEXEC/MCTI).

Instituição realizadora

ASCAV/SEXEC/MCTI.

Produtos esperados

- Banco de dados com informações da infraestrutura disponível nas Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais;
- Relatório analítico contendo o resultado das tabulações realizadas a partir da base de dados gerada;
- Seminário com apresentação e debate dos resultados obtidos.

2.1.2. Levantamento de resultados de projetos financiados pelos Fundos Setoriais

Objetivo

Realizar um levantamento/pesquisa sobre os projetos apoiados pelo FNDCT, no período de 2005 a 2011, para subsidiar a avaliação das políticas, programas e ações financiados com recursos dos Fundos Setoriais.

Justificativa

Os Fundos Setoriais (FS) foram criados, a partir de 1999, para ampliar e regularizar o financiamento das políticas e programas de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), contribuir para a consolidação do Sistema Nacional de CT&I e promover a competitividade das empresas brasileiras. Tornaram-se instrumentos fundamentais da política nacional de CT&I, pois injetam novos recursos no sistema e promovem o fortalecimento das parcerias entre os setores público e privado.

Os FS atendem a diversas áreas com recursos próprios, oriundos de contribuições incidentes sobre o faturamento de empresas ou sobre o resultado da exploração de recursos naturais pertencentes à União. Os recursos de cada fundo são alocados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e administrados pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública vinculada ao MCTI e que exerce a função de Secretaria Executiva do FNDCT.

Apesar do elevado volume de investimentos realizados na última década, houve poucas iniciativas voltadas para a avaliação dos Fundos Setoriais. Sabe-se que a avaliação das políticas públicas contribui para o seu contínuo aperfeiçoamento e para a melhoria de seus resultados, além de permitir uma melhor utilização dos recursos disponíveis e garantir mais transparência sobre seu uso. Por isso, o MCTI precisa consolidar uma metodologia para o levantamento sistemático de informações que subsidiem a avaliação dos FS, com vistas ao aprimoramento das políticas, programas e ações financiados com recursos dos fundos.

Metodologia

Em 2008, o Ministério começou a desenvolver um banco de dados sobre os projetos financiados pelos Fundos Setoriais, consolidado a partir de informações fornecidas periodicamente pelas agências de fomento (Finep e CNPq). Essa carteira contempla informações básicas sobre cada projeto, tais como: fonte de financiamento; instrumento de vinculação (edital, carta-convite ou encomenda); instituição executora;

coordenador; equipe executora; área do conhecimento; setor econômico; valores contratados e pagos, etc.

Com base nessas informações, em 2011 a Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais (ASCOF/SEXEC) realizou uma Pesquisa Amostral com um universo de 9.461 projetos que tiveram 100% de desembolso até dezembro de 2010. A pesquisa foi concretizada por meio da aplicação de um questionário *on line* com os coordenadores dos projetos selecionados. Foram coletadas informações de identificação, que serviram para atualizar a base das agências, e indicadores de produtividade técnico-científica dos projetos.

Após a coleta de dados, realizou-se um processo de expansão estatística para obter uma visão geral dos resultados em relação ao universo de projetos. No entanto, a análise dos dados expandidos revelou a existência de altos Coeficientes de Variância (CV), indicando uma baixa homogeneidade entre os projetos pesquisados. Por outro lado, as características dos indicadores de produtividade científica adotados na pesquisa dificultaram o estabelecimento de generalizações estatísticas a partir dos dados coletados. Essas dificuldades prejudicaram a utilização das estimativas resultantes do processo de expansão como se correspondessem à realidade do universo investigado.

Este projeto visa retomar a experiência da Pesquisa Amostral realizada anteriormente e ampliá-la para o conjunto de projetos que compõem a base de dados do FNDCT. A pesquisa deve aproveitar a metodologia já desenvolvida e, quando necessário, estabelecer novos métodos e indicadores para dimensionar os resultados alcançados pelos FS.

A pesquisa pretende avaliar a relevância das aplicações dos FS do ponto de vista dos beneficiários e dos demais grupos de interesse (MCTI, Ministérios afins, Comitês Gestores e executores de projetos). Entre outras ações, a pesquisa deve: cotejar os indicadores obtidos com os resultados esperados declarados nas propostas aprovadas; avaliar os efeitos dos FS na distribuição regional dos investimentos em C,T&I e na distribuição dos investimentos por áreas do conhecimento; identificar as inovações introduzidas e a apropriação de conhecimentos voltados para a melhoria da competitividade das empresas.

Trata-se, portanto, de um levantamento/pesquisa sobre resultados dos projetos financiados com recursos dos FS no período 2005 a 2011. Este levantamento deve seguir uma sistemática pré-definida (já testada e experimentada na Pesquisa Amostral), composta de três fases: a) levantamento de dados por meio da aplicação de questionários com os coordenadores dos projetos; b) elaboração do plano tabular dos dados coletados; c) análise estatística dos resultados.

Cronograma

Atividades	Meses							
	1	2	3	4	5	6	7	8
1 – Elaboração de questionário a ser aplicado aos coordenadores de projetos apoiados pelo FNDCT								
2 – Definição da amostra para a aplicação dos questionários								
3 – Elaboração de sistema online para captação das respostas aos questionários								
4 – Contato telefônico com os coordenadores e preenchimento do questionário								
5 – Crítica e preparação da base de dados resultante da aplicação dos questionários								
6 – Tabulação dos resultados								
7 – Preparação do relatório								

Área responsável no MCTI

Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais (ASCOF/SEXEC/MCTI).

Instituição realizadora

ASCOF/SEXEC/MCTI, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

Produtos esperados

- Base de dados contendo informações sobre os resultados dos projetos apoiados pelo FNDCT no período 2005-2011;
- Relatório analítico sobre os principais resultados obtidos pelos projetos;
- Seminário com apresentação e debate dos resultados obtidos.

2.1.3. Avaliação do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)

Objetivo

Avaliar a organização, estrutura e produtividade acadêmica da comunidade científica associada ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e fazer um diagnóstico sobre as ações de suporte, fomento e gestão do Programa.

Justificativa

Em 2012, o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) completou 30 anos. Os objetivos científicos do Programa incluem o desenvolvimento de pesquisas no continente antártico para ampliar o conhecimento dos fenômenos naturais que ali ocorrem e sua repercussão sobre o território brasileiro, com destaque para as questões climáticas, ambientais e relativas à biodiversidade. O PROANTAR também possui um forte componente político, pois está relacionado com o direito de o Brasil participar das reuniões consultivas periódicas sobre o continente antártico previstas no artigo 9º do

Tratado da Antártica, que exige que as partes promovam “*substancial atividade de pesquisa científica*” na região.

O Tratado da Antártica, em seu artigo 3º, estabelece ainda que “*as observações e resultados científicos obtidos na Antártica serão permutados e tornados livremente utilizáveis*”. Esta ação é coordenada pelo *Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR)*, órgão interdisciplinar do Conselho Internacional para Ciências (ICSU), responsável por promover, desenvolver e coordenar a investigação científica na Antártica e prestar aconselhamento científico independente para o Sistema do Tratado da Antártica (STA). Cada vez mais, o *status* de um país no STA, via ações do SCAR, está atrelado à qualidade de seu programa científico. Por isso, é fundamental que o Brasil invista fortemente na qualidade do PROANTAR, permitindo que o país alcance um protagonismo proporcional à sua relevância no cenário internacional.

O PROANTAR carece de uma avaliação global atualizada, que inclua a análise crítica dos meios de apoio logístico e científico ao programa. A avaliação dos resultados científicos associados ao programa e, particularmente, do papel do MCTI no PROANTAR, deve fornecer subsídios para a elaboração de um plano estratégico que direcione os novos investimentos em pesquisa científica na Antártica.

Metodologia

O PROANTAR é um programa extremamente relevante para a política internacional do Brasil. Por isso, é importante fazer um amplo diagnóstico que avalie, entre outros aspectos: o envolvimento das instituições de ensino e pesquisa no programa; a relação entre a formação e a fixação de recursos humanos; a produtividade dos pesquisadores e grupos de pesquisa envolvidos com o programa; o impacto dos projetos científicos em âmbito nacional; a relevância e o impacto da ciência brasileira no STA.

O projeto deve começar com a definição da metodologia a ser utilizada e com revisão de literatura sobre o tema. Serão analisados, especialmente, os documentos relacionados com as políticas públicas de suporte, fomento e gestão do PROANTAR. Para a avaliação da produtividade e do impacto da ciência antártica brasileira, serão consultadas diversas bases de dados. Também serão colhidas informações dos coordenadores de projetos e líderes de grupos de pesquisa nas universidades e instituições de pesquisa do MCTI. As informações coletadas serão analisadas por consultores nacionais e internacionais.

Esse conjunto de informações e análises servirá de subsídio para a elaboração de um relatório preliminar que será avaliado em um *workshop* com a participação dos consultores e dos representantes das instituições de ensino e pesquisa, das agências de fomento e das instituições gestoras. Finalmente, com base nas discussões realizadas, será elaborado um relatório final com a avaliação do Programa.

Cronograma

Atividades	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1 – Levantamento bibliográfico e definição de metodologia												
2 – Revisão dos documentos												
3 – Análise das informações												
4 – Análise por consultores nacionais e internacionais												
5 – Elaboração de Relatório Preliminar												
6 – Realização de workshop de avaliação com as instituições executoras, de fomento, gestores e avaliadores (nacionais e internacionais)												
7 – Elaboração do Relatório Final												

Área responsável no MCTI

Coordenação para Mar e Antártica (CMA/SEPED/MCTI).

Instituição realizadora

A definir.

Produtos esperados

- Levantamento do número e de índices de impactos dos trabalhos científicos brasileiros sobre a região antártica;
- Identificação dos grupos e instituições nacionais de maior inserção na comunidade científica internacional vinculada ao STA;
- Base de dados com informações sobre os resultados do levantamento das atividades científicas e documentos relacionados;
- Relatório final avaliando a representatividade das pesquisas apoiadas pelo PROANTAR, bem como diagnóstico das políticas públicas de suporte;
- Seminário com apresentação e debate dos resultados obtidos.

2.1.4. Atividades de Cooperação Internacional do CNPq

Objetivo

Desenvolver modelo de acompanhamento e avaliação sistemática das atividades de cooperação internacional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Justificativa

Há necessidade de se formular um modelo de avaliação dos resultados das atividades de cooperação internacional. A questão financeira, que envolve milhões de reais para o financiamento de atividades da área de C,T&I, e a arquitetura complexa de arranjos e acordos com parceiros internacionais são razões suficientes para exigir dos

gestores da área a realização de avaliações dos programas que gerenciam. A avaliação vai aumentar a eficiência da área de cooperação internacional, levando ao seu fortalecimento, além de contribuir para a consolidação de uma cultura de avaliação de projetos e programas no âmbito do CNPq.

Metodologia

A proposta de um modelo de avaliação leva em consideração que o processo a ser instituído tem como princípio fundamental o envolvimento de todos os atores, externos e internos (gestores, técnicos, pesquisadores, consultores, comitês gestores), e em todos os níveis da área de cooperação internacional. A metodologia prevista inclui a realização de seminários de avaliação nos níveis propostos pelo modelo. Serão adotados procedimentos de avaliação (quantitativos e qualitativos), a partir da identificação de indicadores e de ferramentas de avaliação para cada nível durante o curso para se atingir a meta-avaliação.

A avaliação dos projetos (nível 1), que tem como responsável o CNPq, será realizada quando os projetos se encerrarem. Assim, esta avaliação segue um fluxo contínuo que dependerá do prazo de vigência dos projetos.

A avaliação dos programas (nível 2), realizada pelos comitês gestores, pode ser feita em períodos de 3 em 3 anos, a partir dos resultados alcançados nos projetos finalizados e avaliados no nível 1.

A avaliação mais ampla das atividades de cooperação (nível 3) pode ser realizada no ano posterior à avaliação dos programas. Entende-se que os vários projetos e programas requerem um tempo para que os resultados possam ser consolidados, principalmente quando se analisa a questão qualitativa.

Cronograma

[illegible]

Área responsável no MCTI

Coordenação Geral de Cooperação Internacional da Diretoria de Cooperação Institucional / CNPq

Instituição realizadora

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Produtos esperados

- Relatório analítico sobre os principais resultados obtidos pelos projetos (2013);
- Relatório analítico com os resultados dos Programas (2014);
- Relatório analítico sobre as atividades de Cooperação (2014);
- Seminários com apresentação e debate dos resultados obtidos.

2.1.5. Impacto do Programa Espacial no desenvolvimento tecnológico da indústria nacional

Objetivo

Identificar o perfil das indústrias que atendem ao setor espacial e avaliar o impacto do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) no desenvolvimento tecnológico da indústria nacional.

Justificativa

A Política Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais, aprovada pelo Decreto nº 1.332/94, tem as seguintes diretrizes principais de incentivo à participação industrial:

- Promover a qualificação da indústria nacional não apenas para o fornecimento de partes e equipamentos, mas, também para o desenvolvimento e a manufatura de subsistemas e sistemas completos;
- Buscar a integração entre as equipes das instituições de pesquisa e desenvolvimento e os seus parceiros industriais, através da realização conjunta de projetos de desenvolvimento tecnológico que incluam a indústria desde a etapa de concepção; e
- Buscar aprovação de planos de longo prazo que permitam às empresas nacionais decidir, com menor grau de incerteza, sobre sua participação no Programa Espacial Brasileiro.

Excetuando-se os programas de fomento promovidos pelos Fundos Setoriais, o incentivo à participação da indústria no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) tem sido feito, tradicionalmente, por meio de contratos firmados com empresas pelos dois principais órgãos setoriais de execução do Sistema Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais (SINDAE) – o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA). Geralmente, esses contratos envolvem o fornecimento de peças, subsistemas ou

equipamentos necessários para o desenvolvimento dos projetos de satélites, veículos lançadores e sistemas de solo.

Indicadores de acompanhamento da Agência Espacial Brasileira (AEB) mostram que, no período de 2006 até 2011, o índice de participação da indústria nacional no PNAE atingiu uma média de 35% do total dos dispêndios com o programa.

Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN)						
2006	2007	2008	2009	2010	2011	Média
52,3%	33,9%	40,5%	27,1%	27,6%	32,0%	35,6%

Os números apresentados reforçam a necessidade de se empreender uma avaliação em profundidade para verificar a efetividade e a eficácia da implementação dos referidos contratos frente às diretrizes estabelecidas, bem como os respectivos resultados e impactos na construção da cadeia de fornecedores para o programa espacial.

Metodologia

Os trabalhos terão início com um levantamento de dados e informações dos contratos industriais do PNAE no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). A avaliação deve abranger um período específico, entre os dez e os cinco últimos anos do Programa, dependendo da complexidade dos dados obtidos. Posteriormente, os dados levantados serão tratados pela equipe dos órgãos executores do SINDAE (INPE, DCTA e AEB) e servirão de base para compor o universo da avaliação.

Os dados dos contratos selecionados serão cruzados com outras bases, especialmente com os dados da Pesquisa de Inovação Tecnológica realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PINTEC/IBGE). Com isso, será possível estabelecer o perfil das indústrias que atendem ao setor espacial a partir de diversas variáveis, incluindo: porte das empresas; área de atuação; controle acionário; volume de contratos; níveis de especialização e capacitação tecnológica; investimentos próprios em P&D; patentes requeridas e outros registros de propriedade intelectual; e capacidade de exportação.

Para subsidiar a elaboração de análises e avaliações sobre os impactos e resultados do PNAE, serão levantadas informações complementares por meio da aplicação de questionários e, eventualmente, por meio de entrevistas com empresas e entidades de classe.

Cronograma

Atividades	Meses					
	1	2	3	4	5	6
1 – Definir escopo da avaliação						
2 – Identificar recursos						
3 – Elaborar TR						
4 – Realizar coleta de dados						
5 – Tabular e consolidar dados						
6 – Aplicação de questionário						
7 – Levantar dados complementares e entrevistas						
8 – Preparar Relatório Final						

Área responsável no MCTI

Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos da Agência Espacial Brasileira (DPEI/AEB).

Instituição realizadora

DPEI/AEB, INPE e DCTA.

Produtos esperados

- Relatório analisando o perfil e o desempenho das empresas brasileiras participantes do Programa Espacial;
- Seminário com apresentação e debate dos resultados obtidos.

2.1.6. Avaliação dos impactos da Lei do Bem sobre os investimentos privados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Objetivo

Avaliar os impactos dos incentivos fiscais concedidos por meio da Lei do Bem sobre os investimentos privados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Justificativa

A chamada Lei do Bem (Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005) estabeleceu uma série de incentivos ao setor produtivo e representou um importante avanço para a política nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T&I). A lei instituiu diversos incentivos fiscais para o investimento empresarial em P&D, incluindo: dedução de dispêndios em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P, D&I) para apuração do lucro líquido; redução de 50% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente

sobre máquinas e equipamentos destinados à P, D&I; amortização acelerada de bens intangíveis destinados a P, D&I.

Desde 2006, cerca de 1.000 empresas tiveram acesso aos incentivos fiscais previstos na Lei. Nos últimos anos, houve um crescimento expressivo do número de empresas beneficiadas, que passou de 131 em 2006, para 640 em 2010. Apesar do número aparentemente reduzido de empresas beneficiadas, estimativas preliminares do MCTI indicam que as empresas apoiadas são responsáveis por metade dos investimentos privados em P&D realizados no País.

Uma das críticas feitas pelo setor privado é que, por beneficiar apenas as empresas que adotam o regime de tributação sobre o lucro real, a lei restringe o universo de empresas capazes de utilizar os incentivos fiscais. Assim, para dimensionar a abrangência da Lei do Bem, é importante saber em que medida esse instrumento tem contribuído para a ampliação dos investimentos privados em P&D na economia brasileira.

Metodologia

O objetivo central da avaliação é saber até que ponto os incentivos fiscais concedidos pela Lei do Bem contribuíram para ampliar os investimentos em P&D das empresas apoiadas ou se, ao contrário, essas empresas mantiveram inalterado o volume de investimentos em P&D (a despeito dos incentivos fiscais recebidos).

Para responder a essa questão, a avaliação deve empregar métodos quantitativos para comparar pares de empresas apoiadas *vis-à-vis* empresas que não receberam benefícios. Ou seja, deve-se comparar o desempenho das empresas apoiadas com o de empresas similares que também investiram em P&D e não utilizaram os incentivos fiscais previstos na Lei. Esse segundo grupo de empresas deve ser o contra factual da política, necessário para a realização da avaliação. Existem diversas formas de construir esse contra factual e, a partir dele, estimar os efeitos da política. Este procedimento requer que seja eliminado o viés de seleção existente e pode ser realizado de diversas formas: modelos de seleção em dois estágios, *propensity score matching*, entre outros.

Para realizar essa avaliação, será necessário utilizar, conjuntamente, informações relativas às empresas apoiadas pela Lei do Bem e informações provenientes da Pesquisa de Inovação Tecnológica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PINTEC/IBGE).

Cronograma

Atividades	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1 – Levantamento bibliográfico e definição de metodologia												
2 – Envio de TR ao IBGE (em parceria com IPEA) para acesso às informações da PINTEC												
3 – Sistematização das informações sobre a Lei do Bem												
4 – Aplicação de métodos econométricos a fim de avaliar os resultados da Lei												
5 – Elaboração de Relatório Preliminar												
6 – Debate e validação dos resultados no MCTI												
7 – Elaboração de Relatório Final												

Área responsável no MCTI

Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas (ASCAV/SEXEC/MCTI).

Instituição realizadora

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Produtos esperados

- Relatório analítico sobre os impactos da Lei do Bem no investimento privado em P&D nas empresas beneficiadas;
- Seminário com apresentação e debate dos resultados obtidos.

2.1.7. Avaliação da Infraestrutura de Pesquisa Brasileira na área de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

Objetivo

Mapear a situação da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica disponível para o setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, identificando o nível de utilização e o perfil da demanda por essas infraestruturas.

Justificativa

É necessário que haja um enfoque específico no setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, em virtude do elevado volume de investimento em P&D realizado no setor nos últimos anos.

Após a descoberta de grandes reservas de petróleo na camada de pré-sal, as empresas concessionárias, especialmente a Petrobras, investiram fortemente na ampliação da infraestrutura de pesquisa de diversas universidades e instituições de

pesquisa. Com a perspectiva de ampliação dos esforços tecnológicos das empresas do setor, o mapeamento das infraestruturas de pesquisa que atuam na área de Petróleo, Gás e Biocombustíveis pode contribuir para o estabelecimento de parcerias entre diversas empresas e instituições de pesquisa.

Metodologia

Coleta de dados: aplicação de questionário, visitas técnicas e entrevistas com coordenadores dos laboratórios, solicitando informações sobre a situação e capacidade atual do laboratório/infraestrutura/equipamento;

Processamento e análise dos dados: análise de consistência e tabulação dos dados; constituição de um banco de dados; processamento e análise dos dados coletados; elaboração de relatório preliminar e realização de debates com instituições do setor para a crítica e revisão do relatório; elaboração de relatório final.

Cronograma

Atividades	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1 – Levantamento bibliográfico e definição de metodologia												
2 – Estruturação do questionário												
3 – Aplicação do questionário e visitas técnicas												
4 – Recebimento dos questionários												
5 – Análise de consistência e tabulação dos dados												
6 – Relatório p Preliminar												
7 – Debates com instituições relacionadas (ANP Petrobras, etc.)												
8 – Relatório Final												

Área responsável no MCTI

Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas (ASCAV/SEXEC/MCTI) e Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais (ASCOF/SEXEC/MCTI).

Instituição realizadora

ASCAV/SEXEC/MCTI, ASCOF/SEXEC/MCTI e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Produtos esperados

- Banco de dados com informações da infraestrutura disponível no setor de Petróleo e Gás e Biocombustíveis;
- Relatório analítico contendo o resultado das tabulações realizadas a partir da base de dados gerada;
Seminário com apresentação e debate dos resultados obtidos.

2.2. Atividades de monitoramento

São consideradas atividades de monitoramento aquelas que se destinam ao acompanhamento da implementação e execução de políticas, programas e ações, visando à obtenção de dados e informações para subsidiar o gerenciamento e a tomada de decisões, bem como a identificação de eventuais problemas. Estas atividades compreendem, entre outras:

- Definição, produção e análise de indicadores de políticas, programas e ações de Ciência, Tecnologia e Inovação que devem ser monitorados;
- Acompanhamento sistemático da execução física e financeira de ações e possíveis restrições;
- Coleta ou recebimento sistemático dos dados referentes às políticas, programas e ações.

A seguir, são detalhadas as atividades de monitoramento previstas pelo MCTI para 2013.

2.2.1. Monitoramento anual da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI).

Descrição: Monitoramento anual da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) por meio da elaboração, apuração e análise de um conjunto de indicadores que permitem ao MCTI avaliar o avanço na implementação das ações propostas para alcançar os objetivos estabelecidos na Estratégia.

Justificativa: A ENCTI apresenta um conjunto de diretrizes, objetivos e propostas para a formulação e implementação de políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) voltadas para o enfrentamento de cinco grandes desafios: (i) redução da defasagem científica e tecnológica que separa o Brasil das nações mais desenvolvidas; (II) expansão e consolidação da liderança brasileira na economia do conhecimento da Natureza; (iii) ampliação das bases para a sustentabilidade ambiental e desenvolvimento de uma economia de baixo carbono; (iv) consolidação do novo padrão de inserção internacional do Brasil e; (v) superação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais. A ENCTI norteia a política de C, T&I no País e é necessário monitorar e avaliar o seu avanço. Para tanto, foram pactuadas metas para 16 indicadores, que refletem a destinação de recursos para o setor, a oferta de bolsas e de alguns instrumentos, e os resultados e impactos da política de CT&I.

Método: O monitoramento da ENCTI será realizado pela Secretaria-Executiva do MCTI, por meio da análise periódica de 16 indicadores desenvolvidos por diversos órgãos e entidades governamentais (ASCAV/MCTI, PINTEC/IBGE, RAIS/MTE, CNPq, INEP e RNP), sendo eles: dispêndio nacional em P&D em relação ao PIB; dispêndio empresarial em P&D em relação ao PIB; dispêndio governamental em P&D em relação ao PIB; dispêndio governamental federal em P&D em relação ao PIB; taxa de inovação das empresas; número de empresas que fazem P&D contínuo; percentual de empresas inovadoras que utilizam ao menos um dos diferentes instrumentos de apoio governamental à inovação nas empresas; número de técnicos e pesquisadores ocupados em P&D nas empresas; percentual de trabalhadores na indústria com ensino médio

completo; percentual de trabalhadores na indústria com ensino superior completo; número de pós-graduados ocupados nas empresas industriais; número de bolsas CNPq de todas as modalidades; número de bolsas de mestrado concedidas pelo CNPq; número de bolsas de doutorado concedidas pelo CNPq; percentual de concluintes de cursos de graduação nas engenharias em relação ao total de graduados em todas as áreas; número de campi universitários com infraestrutura de comunicação e colaboração em rede de alto desempenho.

Periodicidade: Anual.

Responsável: Secretaria-Executiva (SEXEC/MCTI).

2.2.2. Elaboração de Relatório Anual Estatístico de Resultado da Lei de Informática

Descrição: Análise do conjunto dos Relatórios Demonstrativos Anuais de Investimentos em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento apresentados pelas empresas beneficiárias da Lei de Informática.

Justificativa: A Lei de Informática (Lei nº 8.248/91, alterada pelas Leis nº 10.176/01 e 11.077/04) estabelece que as empresas que investem em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em tecnologias da informação e comunicação podem pleitear isenção ou redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens de informática e automação por elas produzidos, nos termos do Decreto nº 5.906/06. Pela regulamentação vigente, as empresas beneficiárias dos incentivos da Lei de Informática devem apresentar Relatório Demonstrativo do cumprimento das obrigações de aplicação em atividades de P&D relativas ao ano-calendário anterior (ano base).

Método: O Relatório Anual Estatístico de Resultado da Lei de Informática é elaborado a partir dos dados declarados pelas empresas nos Relatórios Demonstrativos de cada ano base. O Relatório contempla os dados gerais das empresas apresentados nos Relatórios Demonstrativos, tais como faturamento bruto total; renúncia fiscal; compromissos de aplicações em P&D; aplicações totais em P&D; recursos humanos; patentes e publicações; área de atuação das empresas; total de instituições de ensino e pesquisa e centros de pesquisa e desenvolvimento que realizaram convênio para execução de projetos com empresas habilitadas; total de empresas que realizaram projetos em convênio; total de projetos; valor total dos projetos; total de recursos humanos em atividades de P&D; distribuição regional das aplicações de P&D; e total de patentes e publicações geradas nos projetos.

Periodicidade: Anual.

Responsável: Secretaria de Política de Informática (SEPIN/MCTI).

2.2.3. Elaboração de Relatório Anual da Lei do Bem

Descrição: Elaboração de relatório analítico sobre a utilização dos incentivos fiscais previstos no Capítulo III da Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem). O relatório contém informações sobre o número de empresas beneficiadas, o valor dos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e o valor da renúncia fiscal concedida. Essas informações são detalhadas de acordo com variáveis relevantes para a análise da

política pública, como setor de atividade econômica, unidade da federação, entre outras.

Justificativa: O Relatório Anual é elaborado para atender dispositivo da própria Lei nº 11.196/2005 e tem por objetivo o acompanhamento da evolução do valor da renúncia fiscal, do número de empresas apoiadas e do valor dos projetos de P&D amparados pelos incentivos fiscais.

Método: O relatório é elaborado com base nos dados coletados por meio dos “Formulários para Informações sobre as Atividades de Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica”, enviados pelas empresas que utilizaram os incentivos fiscais.

Periodicidade: Anualmente, no segundo semestre do ano subsequente.

Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC/MCTI).

2.2.4. Elaboração de Relatórios sobre programas prioritários do Governo Federal

Descrição: Produção e sistematização de dados e informações de ações e programas prioritários do Governo Federal, destinados ao monitoramento estratégico realizado para o Gabinete-Adjunto de Informações de Apoio à Decisão (GAIA) da Presidência da República, para a Casa Civil e para a elaboração do Caderno de Destaques da Presidência.

Justificativa: Subsidiar o acompanhamento das ações e programas prioritários do Governo que envolvem a participação do MCTI, como por exemplo: o Programa Ciência sem Fronteiras; o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden); o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA), integrante do Programa Viver sem Limites; os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs); as ações vinculadas aos Arranjos Produtivos Locais; os espaços públicos de Inclusão Digital; a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia; a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP); o Programa INOVAPETRO; e o Programa TI Maior.

Método: Levantamento e organização de dados e informações sobre o andamento das ações consideradas prioritárias pelo Governo Federal. Os dados e informações utilizados para a elaboração dos relatórios são oriundos de diversas fontes, incluindo os órgãos internos e vinculados ao Ministério (Secretarias, agências de fomento, Unidades de Pesquisa, etc.) e os sistemas de informação e apoio à gestão (SigMCT, SIAFI e SIOP).

Periodicidade: Mensal

Responsável: Secretarias (SEXEC, SEPIN, SETEC, SEPED e SECIS), unidades de pesquisa e entidades vinculadas ao MCTI (CNPq, FINEP, AEB, CNEN).

2.2.5. Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015

Descrição: Apresentar os resultados anuais do Plano Plurianual 2012-2015 de acordo com as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Justificativa: Apresentar, ao Congresso Nacional e à sociedade, a execução orçamentária anual e os principais resultados das ações e objetivos do MCTI nos programas temáticos integrantes do PPA 2012-2015.

Processo: Levantamento e sistematização de indicadores e informações sobre os resultados das ações e objetivos do MCTI integrantes do PPA 2012-2015. O trabalho é realizado em duas etapas: a primeira compreende a realização de uma avaliação, pelo gestor de cada objetivo, dos principais resultados alcançados no período; a segunda envolve a realização de uma avaliação setorial, seguindo as orientações metodológicas do MPOG.

Periodicidade: Anual, no 1º semestre do exercício subsequente.

Responsável: ASCAV/SEEXEC/MCTI, Secretarias (SEEXEC, SEPIN, SETEC, SEPED e SECIS), Unidades de Pesquisa e entidades vinculadas ao MCTI (CNPq, FINEP, AEB, CNEN, CEITEC).

2.2.6. Relatório de Acompanhamento da execução física e financeira do Plano Plurianual (PPA)

Descrição: Apresentar a execução física e financeira das ações do MCTI, agregadas por objetivo e programa temático do Plano Plurianual do Governo Federal.

Justificativa: Fornecer informações consolidadas, especialmente à alta direção do Ministério, sobre o andamento da execução física e financeira das ações e objetivos sob a responsabilidade do MCTI.

Método: O escopo do relatório é o conjunto de ações finalísticas do MCTI que compõem os objetivos e programas temáticos do PPA. A alocação de recursos nessas ações viabiliza a implementação das políticas e programas do Ministério. Os dados da execução orçamentário-financeira têm como fonte o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que alimenta o Sistema de Informações Gerenciais do Ministério (SigMCT). As informações sobre a execução física das ações, e sobre as restrições associadas à sua execução, são lançadas diretamente pelos coordenadores de ação no SigMCT. Os dados e informações são consolidados e sistematizados pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA/SEEXEC) e pela Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas (ASCAV/SEEXEC).

Periodicidade: Trimestral.

Responsável: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA/SEEXEC/MCTI) e Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas (ASCAV/SEEXEC/MCTI).

2.2.7. Monitoramento do Plano de Trabalho Institucional da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)

Descrição: Monitorar o desempenho anual da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) por meio da comparação entre as metas previstas no Plano de Trabalho Institucional da entidade e os resultados alcançados no período.

Justificativa: Prestar contas ao MCTI e à sociedade brasileira dos resultados alcançados pela CNEN.

Método: O monitoramento é realizado por meio da comparação entre as metas previstas na estrutura programática e funcional do Plano de Trabalho Institucional da CNEN e os resultados alcançados durante o ano. Todas as informações utilizadas na avaliação são colhidas de forma descentralizada, por meio do Sistema do Plano de Trabalho. Os dados coletados são consolidados, analisados e avaliados pelos diversos níveis de coordenação e gerência da CNEN.

Periodicidade: Anual.

Responsável: Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

2.2.8. Monitoramento Anual das Unidades de Pesquisa do MCTI – Termos de Compromisso de Gestão (TCGs)

Descrição: Monitorar o desempenho anual das Unidades de Pesquisa (UPs) do MCTI por meio da análise do cumprimento das metas e indicadores estabelecidos nos Termos de Compromisso de Gestão (TCGs) e dos principais resultados alcançados pelas UPs no período.

Justificativa: Os TCGs são acordos firmados entre o Ministério e as UPs, nos quais se estabelecem metas a serem atingidas durante o ano, traduzidas em indicadores pactuados mutuamente. O desempenho de cada UP deve ser acompanhado semestralmente e avaliado anualmente pela Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP/SEXEC), por meio da verificação do cumprimento das metas e indicadores acordados no respectivo TCG.

Método: Realização de reuniões semestrais de acompanhamento com os diretores e suas equipes, geralmente por meio de videoconferências, para obter informações sobre o andamento das ações executadas no primeiro semestre e sobre a perspectiva de alcance de cada meta pactuada no TCG. Envio de Relatório Preliminar para a SCUP/SEXEC sobre os resultados alcançados por cada UP durante o ano. Realização de reuniões anuais entre a equipe da SCUP e as equipes das UPs para avaliação das metas e indicadores estabelecidos nos TCGs e discussão dos principais resultados alcançados pelos programas e ações das UPs. Após a discussão e revisão do Relatório Preliminar, cada UP envia um Relatório Anual de seu TCG para a SCUP, que avalia o cumprimento do conjunto de metas estabelecidas e atribui um conceito para a respectiva UP. A Coordenação Geral das Unidades de Pesquisa da SCUP faz uma análise da evolução histórica dos indicadores de desempenho das UPs e um estudo comparativo sobre os indicadores comuns aplicados às diferentes UPs. Os relatórios anuais das UPs, bem como as análises e estudos produzidos pela SCUP, são disponibilizados na internet (www.mct.gov.br/scup), com o objetivo de fornecer o máximo de transparência sobre as atividades realizadas pelas UPs do Ministério.

Periodicidade: As reuniões de monitoramento são realizadas semestralmente. As reuniões de avaliação dos TCG são realizadas anualmente, em geral nos meses de fevereiro e março do ano subsequente.

Responsável: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP/SEXEC/MCTI).

2.2.9. Acompanhamento dos Planos Diretores das Unidades de Pesquisa (UPs)

Descrição: Acompanhar o desenvolvimento dos Planos Diretores das Unidades de Pesquisa (UPs) do MCTI, por meio do monitoramento dos compromissos estabelecidos nos Termos de Compromisso de Gestão (TCGs).

Justificativa: O Plano Diretor reflete o planejamento estratégico de cada Unidade de Pesquisa do Ministério para um período de cinco anos e apresenta, entre outros elementos: missão; visão de futuro; valores e princípios; áreas e objetivos estratégicos; diretrizes e linhas de ação; modelo de gestão; e projetos estruturantes da UP. Os Planos Diretores definem metas anuais para cada UP, que são registradas no respectivo TCG. Compete à Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP/SEXEC) monitorar a execução e o desenvolvimento desses planos.

Método: O mesmo descrito no item anterior (2.2.8), uma vez que as metas anuais estabelecidas nesses planos também estão incluídas nos TCGs.

Periodicidade: Monitoramento semestral, no mês de agosto, e anual, nos meses de fevereiro e março do ano subsequente.

Responsável: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP/SEXEC/MCTI).

2.2.10. Monitoramento Anual das Organizações Sociais (OSs) supervisionadas pelo MCTI – Contratos de Gestão (CGs)

Descrição: Monitorar o desempenho anual das Organizações Sociais (OSs) supervisionadas pelo MCTI por meio da análise do cumprimento das metas e indicadores estabelecidos nos Contratos de Gestão (CGs) e dos principais resultados alcançados por essas organizações.

Justificativa: Os Contratos de Gestão firmados com as OSs supervisionadas pelo MCTI estabelecem as metas a serem atingidas pelas organizações, os respectivos prazos de execução, bem como os indicadores de produtividade e qualidade utilizados na avaliação de desempenho dessas instituições. Por determinação legal, os CGs devem ser monitorados e avaliados, periodicamente, pela Coordenação Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais (CGOS/SCUP/SEXEC) e por equipes de especialistas.

Método: Realização de reuniões semestrais de acompanhamento com os diretores e suas equipes para obter informações sobre o andamento das ações executadas no primeiro semestre. Envio, para uma comissão de especialistas, por cada OS, de um Relatório sobre a execução anual das metas e indicadores pactuados no CG. Realização de reuniões da comissão de especialistas com a Diretoria das Organizações

Sociais, com o acompanhamento da CGOS/SCUP, para avaliação das metas e indicadores pactuados no CG e discussão dos resultados alcançados nos projetos contratados pelo Ministério. Ao final das discussões, a comissão apresenta sugestões e recomendações à respectiva OS e consolida um Relatório de Gestão com as notas alcançadas em cada meta. O referido relatório é remetido ao MCTI e submetido a uma análise técnica, integrante de um processo disponibilizado na internet (www.mct.gov.br/scup). Cada organização disponibiliza o seu Relatório de Gestão em sua página eletrônica.

Periodicidade: Monitoramento semestral. Avaliação anual, por meio da realização de reuniões das comissões de avaliação, geralmente nos meses de março e abril do ano subsequente.

Responsável: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP/SEXEC/MCTI).

2.2.11. Relatório dos Investimentos Governamentais em C,T&I nas microempresas e empresas de pequeno porte

Descrição: Relatório analítico sobre os investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) destinados às microempresas e empresas de pequeno porte por órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal que atuam nessa área.

Justificativa: Atender às disposições do Capítulo X da Lei Complementar nº 123/2006, e da Portaria MCTI nº 589/2010, que estabelecem a obrigatoriedade do fornecimento dessas informações pelas instituições de fomento que atuam na área de C,T&I, bem como de sua divulgação, de forma consolidada, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Método: Relatório gerado a partir das informações enviadas pelas instituições de fomento federais, estaduais e municipais por meio do “Formulário de Programas e Projetos de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SPMP”.

Periodicidade: Anual.

Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC/MCTI).

2.2.12. Relatório Anual sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs)

Descrição: Relatório analítico sobre a política de propriedade intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) brasileiras.

Justificativa: O relatório é elaborado para atender ao disposto no art. 17 da Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação), que estabelece que as ICTs devem informar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) sobre: a sua política de propriedade intelectual; as criações desenvolvidas no âmbito da instituição; as proteções requeridas e concedidas; os contratos de licenciamento ou tecnologia firmados.

Método: Relatório gerado a partir das informações enviadas pelas ICTs por meio do “Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil – FORMICT”. O relatório analisa

informações detalhadas sobre: as características das ICTs; o estágio de implementação de suas políticas de inovação e dos Núcleos de Inovação Tecnológicas (NITs); os recursos humanos, as atividades e o compartilhamento dos NITs; os pedidos de proteção por tipo, âmbito de proteção e setor econômico; os contratos de tecnologia por objeto, forma, montante de recursos e rendimentos; a comparação com a situação encontrada em anos anteriores.

Periodicidade: Anual.

Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC/MCTI).

2.3. Atividades de suporte à política de monitoramento e avaliação

2.3.1. Revisão metodológica dos Indicadores Nacionais de C,T&I

Descrição: Realização de estudos para o aprimoramento dos Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) e para a criação da Conta Satélite de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Justificativa: Necessidade de melhoria e constante aperfeiçoamento do escopo e da qualidade dos Indicadores Nacionais de C,T&I.

Método: Elaboração de estudos e realização de discussões com a Comissão Permanente de Indicadores do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e com a Coordenação de Contas Nacionais do IBGE.

Periodicidade: Contínua.

Responsável: Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas (ASCAV/SEXEC/MCTI).

2.3.2. Consolidação da Rede de Indicadores Estaduais de C&T

Descrição: A Rede de Indicadores Estaduais de Ciência e Tecnologia (C&T) é resultado de um compromisso assumido entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CONSECTI) e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP), para aprimorar a produção dos indicadores estaduais de C&T.

Justificativa: O aprimoramento dos indicadores estaduais C&T é fundamental para torná-los comparáveis entre si e para compatibilizá-los com os indicadores nacionais e internacionais de C&T. Para tanto, deve-se aumentar a abrangência temática desses indicadores, melhorar a qualidade das estatísticas sobre os dispêndios estaduais em C&T e harmonizar as metodologias de elaboração dos indicadores entre as diversas Unidades da Federação. Todos os Estados assinaram acordos de cooperação técnica com o MCTI para melhorar a qualidade de seus indicadores de C&T. O Ministério deve aprofundar esse esforço para permitir a criação da Conta Satélite de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Método: Realização de estudos, discussões, reuniões e treinamentos com técnicos e dirigentes dos órgãos estaduais responsáveis pela elaboração dos indicadores de C&T.

Periodicidade: Contínua.

Responsável: Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas (ASCAV/SEXEC/MCTI).

2.3.3. Elaboração de estatísticas orçamentárias

Descrição: Elaborar séries históricas com demonstrativos das estatísticas orçamentárias e financeiras dos programas, objetivos, iniciativas e ações do MCTI.

Justificativa: Produzir um conjunto de dados estatísticos que permitam acompanhar e analisar a evolução dos recursos que o MCTI dispõe para implementar suas políticas e programas.

Método: As estatísticas sobre a execução orçamentário-financeira do Ministério são elaboradas pela SEEXEC, utilizando como fonte os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Periodicidade: Contínua.

Responsável: Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas (ASCAV/SEEXEC/MCTI), Assessoria de Captação de Recursos (ASCAP/SEEXEC/MCTI) e Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA/SEEXEC/MCTI).

2.3.4. Consolidação e atualização de base de dados de projetos apoiados pelo FNDCT

Descrição: Garantir a atualização da base de dados sobre os projetos financiados com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a partir dos dados enviados periodicamente pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Justificativa: O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) publica em seu *site*, desde 2008, um conjunto de dados e informações sobre os projetos contratados com recursos do FNDCT/Fundos Setoriais. As informações publicadas pelo Ministério proveem de uma base consolidada a partir dos dados enviados pelas agências de fomento (CNPq e FINEP). Essa base de dados permite o acompanhamento sistemático dos investimentos realizados com recursos do FNDCT e subsidia a realização de avaliações sobre as políticas, programas e projetos financiados com recursos dos Fundos Setoriais. A atualização da carga tem apresentado problemas e necessita de ajustes tanto na forma de envio dos dados pelas agências quanto na publicação das informações no servidor do MCTI. O Ministério também precisa aperfeiçoar a metodologia de importação de dados da Plataforma Lattes do CNPq, especialmente dos dados do Currículo Lattes dos pesquisadores e dos Grupos de Pesquisa envolvidos nos projetos financiados pelo FNDCT.

Método: Aprimoramento da interface/metodologia de importação dos dados das agências (CNPq e FINEP) e de exportação dos mesmos para a base/servidor do MCTI.

Periodicidade: Contínua.

Responsável: Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais (ASCOF/SEEXEC/MCTI) e Coordenação Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (CGTI/SPOA/SEEXEC/MCTI).

2.3.5. Produção de Indicadores de Monitoramento sobre as políticas, programas e ações do MCTI

Descrição: Produzir indicadores de monitoramento focados no público beneficiado pelas políticas, programas e ações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Justificativa: A efetivação da Política de Monitoramento e Avaliação do MCTI depende diretamente da disponibilidade e a da qualidade das informações sobre suas políticas, ações e programas. Nesse sentido, é importante saber se os recursos investidos pelo Ministério: i) estão chegando ao público-alvo desejado e; ii) estão atingindo os resultados esperados. A obtenção dessas respostas requer a produção sistemática de indicadores capazes de evidenciar e caracterizar os beneficiários dos programas, ações e políticas do Ministério.

Método: Consulta, extração, organização e cruzamento de informações e dados disponíveis em vários sistemas e bancos de dados (SIAFI, SIOP, RAIS/MTE, PINTEC e PNAD/IBGE, INPI/MDIC etc.).

Periodicidade: Contínua, com os resultados disponíveis na página do MCTI: www.mcti.gov.br/monitor.

Responsável: Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas (ASCAV/SEXEC/MCTI), Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC/MCTI), Secretaria de Política de Informática (SEPIN/MCTI), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Agência Espacial Brasileira (AEB) e Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

2.3.6. Criação do Portal dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs)

Descrição: Criação do Portal dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) com informações detalhadas sobre: áreas de atuação; cursos ofertados; atividades de pesquisa e extensão tecnológica; redes e parcerias com outros centros e instituições; dados socioeconômicos sobre as regiões em que estão inseridos; articulação com as demandas de desenvolvimento local e regional etc.

Justificativa: O Programa de Apoio à Implantação e Modernização dos CVTs tem como objetivo consolidar uma rede de centros de referência em educação profissional e extensão tecnológica voltada para a inclusão social e produtiva da população. Desde 2003, a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (SECIS/MCTI) apoiou a implantação de 569 CVTs, sendo que 243 estão em funcionamento e o restante em implantação. Esses centros atuam em dez áreas temáticas e estão distribuídos em todas as regiões do País. Para incentivar a articulação dessas unidades em rede, o MCTI deve publicar uma série de informações sobre os CVTs em um portal na *internet*, de modo a contribuir para maior apropriação das informações pela população e pelos atores dos arranjos produtivos, sociais e culturais nos quais os centros estão inseridos. A disseminação de informações sobre o CVTs e sua articulação em redes sociais são ferramentas importantes para que esses centros se efetivem como instrumentos de desenvolvimento tecnológico, econômico e social.

Método: levantamento das informações dos convênios dos CVTs; pesquisa em sites e fontes secundárias; visitas de campo aos CVTs; aplicação de questionários e realização de entrevistas.

Periodicidade: Contínua.

Responsável: Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (SECIS/MCTI).

2.3.7. Mapeamento de políticas de Inclusão Digital do Governo Federal

Descrição: Mapeamento e elaboração de um quadro comparativo sobre as políticas, programas e ações de Inclusão Digital dos diversos Ministérios, órgãos e entidades do Governo Federal, visando identificar os objetivos, diretrizes, estratégias de implementação e também eventuais gargalos e sobreposições existentes nestas políticas.

Justificativa: A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012-2015) define a inclusão digital como um dos eixos estruturantes da política de médio e longo prazo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). As políticas de inclusão digital do Governo Federal contribuem diretamente para a inclusão social da população de baixa renda, para a redução das desigualdades sociais e para o desenvolvimento do País. A Ciência, a Tecnologia e a Inovação são componentes estratégicos para o aperfeiçoamento das políticas públicas de inclusão digital. A Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (SECIS/MCTI) é responsável pela política de inclusão digital do MCTI e, para definir melhor suas atribuições e evitar qualquer tipo de sobreposição, precisa de um estudo comparativo sobre as políticas, programas e ações de inclusão digital em curso nos diversos órgãos e entidades do Governo Federal. Esse mapeamento é fundamental para identificar eventuais gargalos existentes nessas políticas, especialmente quanto a: carência de conteúdos digitais de qualidade para os alunos da educação básica e para os usuários dos espaços públicos; oferta reduzida de soluções de governo eletrônico de baixo custo para estados e municípios; identificação de grupos que atuam com o desenvolvimento de soluções tecnológicas para a inclusão digital.

Método: A metodologia para a realização do levantamento será definida pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

Periodicidade: Contínua, após a realização do primeiro mapeamento pelo CGEE.

Responsável: Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (SECIS/MCTI).

2.3.8. Suporte ao Monitoramento e Avaliação das Atividades de Fomento do CNPq

Descrição: Aperfeiçoamento contínuo dos sistemas de informação e comunicação científica e tecnológica e das ferramentas de suporte ao monitoramento e avaliação das atividades de fomento do CNPq, especialmente da Plataforma Lattes e da Plataforma Carlos Chagas.

Justificativa: A informação tem importância estratégica para a gestão pública, especialmente para os processos de planejamento, monitoramento, tomada de decisão e prestação de contas. Por isso, os órgãos governamentais devem dar especial atenção para as formas de levantamento, estruturação e apropriação da informação pelos diferentes atores sociais. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) atua no desenvolvimento, adequação, integração e otimização de sistemas de informação e comunicação científica e tecnológica. A Plataforma Lattes é resultado da experiência do CNPq na integração de bases de dados sobre currículos, grupos de pesquisa e instituições da área de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I). Dada sua abrangência, as informações da Plataforma Lattes podem ser utilizadas tanto no apoio às atividades de gestão como para subsidiar a formulação de políticas de C,T&I.

Na busca por formas cada vez mais modernas de gestão e de relacionamento com a comunidade científica e tecnológica, o CNPq implantou, em 2007, a Plataforma integrada Carlos Chagas. Esta plataforma é uma ferramenta de gestão e de interface eletrônica entre o CNPq e os diferentes atores do Sistema Nacional de C,T&I. A Plataforma reúne, a partir de ambientes personalizados, dados e informações sobre: bolsas; auxílios; encaminhamento de pedidos de projetos; andamento dos processos; emissão de pareceres; assinaturas de termos de concessão; relatórios técnicos e de prestação de contas; entre outras facilidades.

O objetivo desta ação é promover o aperfeiçoamento contínuo das ferramentas de suporte ao monitoramento e avaliação das atividades de fomento do CNPq. A ideia é criar novas funcionalidades instrumentais que gerem diferentes tipos de relatórios estruturados e flexíveis; auxiliem as atividades de monitoramento e avaliação de projetos, instrumentos, programas e políticas; facilitem o atendimento de diferentes demandas por dados e informações em linguagem e formato fáceis e acessíveis.

Método: O foco dessas atividades será a estruturação de relatórios referentes aos auxílios concedidos pelo CNPq. Inicialmente, o trabalho envolverá o desenvolvimento de um relatório de monitoramento do Programa Ciência sem Fronteiras. Esse programa foi criado pelo Governo Federal e envolve um esforço conjunto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas agências de fomento. O Programa oferece bolsas de estudo no exterior, em larga escala, e tem como objetivo fortalecer e expandir as iniciativas em C,T&I e competitividade por meio da mobilidade internacional de estudantes e pesquisadores. O Programa Ciência sem Fronteiras também incentiva a visita de jovens pesquisadores altamente qualificados e de professores seniores ao Brasil. O relatório de monitoramento do Programa vai focar nas ações desenvolvidas no âmbito do CNPq e deve incluir informações sobre avaliação comparativa da qualidade acadêmica das universidades no Brasil e no exterior; qualidade do estágio realizado, considerando o acompanhamento dos supervisores e a relevância das atividades executadas para a formação profissional dos alunos; qualidade do curso de idioma realizado durante o período de estudo no exterior; dentre outros aspectos.

Periodicidade: Contínua.

Responsável: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2.3.9. Implantação do Projeto de Modernização de Processos e Sistemas de Informação da FINEP - Modernize

Descrição: Projeto de longo prazo para prover uma solução integrada à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), aliando a modelagem dos processos de negócio à reestruturação de suas arquiteturas de sistemas e de tecnologia, com objetivo de contribuir para o alcance de um estágio mais avançado de maturidade gerencial e organizacional da FINEP.

Justificativa: O projeto pretende aumentar a confiabilidade e aperfeiçoar os processos, sistemas de informação e estruturas de gerenciamento da FINEP, facilitando a geração de informações e de indicadores que possam subsidiar os processos de monitoramento e avaliação das políticas, programas e ações da agência.

Método: A execução do projeto foi dividida em seis fases: 1) definição do modelo conceitual; 2) elaboração dos editais de licitação relativos à contratação de uma empresa de consultoria em gestão e Tecnologia da Inovação e de uma auditoria independente que auxilie a FINEP a averiguar a qualidade dos produtos e serviços produzidos pela consultoria; 3) realização das licitações; 4) preparação interna para a chegada da consultoria e da auditoria contratadas; 5) definição da solução integrada; 6) implementação da solução integrada.

Periodicidade: O projeto encontra-se em curso (fase v), com estimativa de finalização em 2015.

Responsável: Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Revisão da metodologia de avaliação do Programa de Subvenção Econômica

Descrição: Estruturação de proposta para contratação de serviços especializados de consultoria para revisão da metodologia de avaliação do Programa de Subvenção Econômica.

Justificativa: Necessidade de melhorar a metodologia de avaliação do Programa, a fim de gerar indicadores que sejam capazes de demonstrar os resultados e seus efeitos nas empresas brasileiras.

Método: Discussões para definição do escopo da avaliação e elaboração de Termo de Referência para contratação da consultoria responsável pela revisão da metodologia e pela avaliação do Programa, a ser realizada em conjunto com a FINEP.

Periodicidade: Anual.

Responsável: Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

2.3.10. Plataforma Aquarius

Descrição: Desenvolvimento de plataforma de integração de dados e sistemas, com filosofia de interoperabilidade, com o objetivo de construir de um painel de conhecimento integrado para uso gerencial.

Justificativa:

O objetivo da Plataforma Aquarius é ser uma ferramenta de governança pública, apoiando o processo de modernização e dinamização da gestão estratégica do MCTI com instrumentos que garantam maior transparência e melhores resultados aos investimentos públicos. Nesse sentido, a Plataforma deve:

- Aumentar a transparência para o Governo e para a sociedade na elaboração e execução de políticas, programas e ações estratégicas em Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I);
- Contribuir para o aumento da eficiência e eficácia na administração, alinhada com as principais políticas de CT&I;
- Permitir maior controle social e facilitar modelos de gestão compartilhada.

Método: Desenvolvimento de uma plataforma *online* de integração de dados e sistemas existentes no MCTI, a partir do uso intensivo de tecnologias da informação e da comunicação (TICs).

Periodicidade: Contínua.

Responsável: Secretaria Executiva (SEXEC/MCTI) e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

2.4 Atividades de capacitação

Este plano apresenta uma proposta preliminar de atividades de capacitação na área de monitoramento e avaliação de políticas públicas, voltada para os integrantes da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação e para os servidores das Secretarias, órgãos e entidades do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

2.4.1. Curso básico de avaliação

Ementa: Apresentar as principais teorias, conceitos e métodos relacionados ao monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas governamentais.

Formato: curso presencial.

Carga Horária: 40h.

Público-alvo: servidores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Nº de participantes: até 30 pessoas

Data estimada: 1º trimestre/2013

2.4.2 Curso de avaliação em CTI

Ementa: Apresentar as principais teorias, conceitos e métodos relacionados ao monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas governamentais de CT&I.

Formato: curso presencial.

Carga Horária: 40h.

Público-alvo: servidores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Nº de participantes: até 30 pessoas.

Data estimada: 2º trimestre/2013

2.4.3 Curso Básico de Contas Nacionais (Kangaré)

Ementa: Proporcionar aos participantes uma visão completa do Sistema de Contas Nacionais, incluindo a compreensão dos fluxos de bens e serviços, renda e patrimônio e o conhecimento de quadros síntese, como a Tabela de Recursos e Usos (TRU) e as Contas Econômicas Integradas (CEIs) para o ano base.

Formato: Curso presencial.

Carga Horária: 28h.

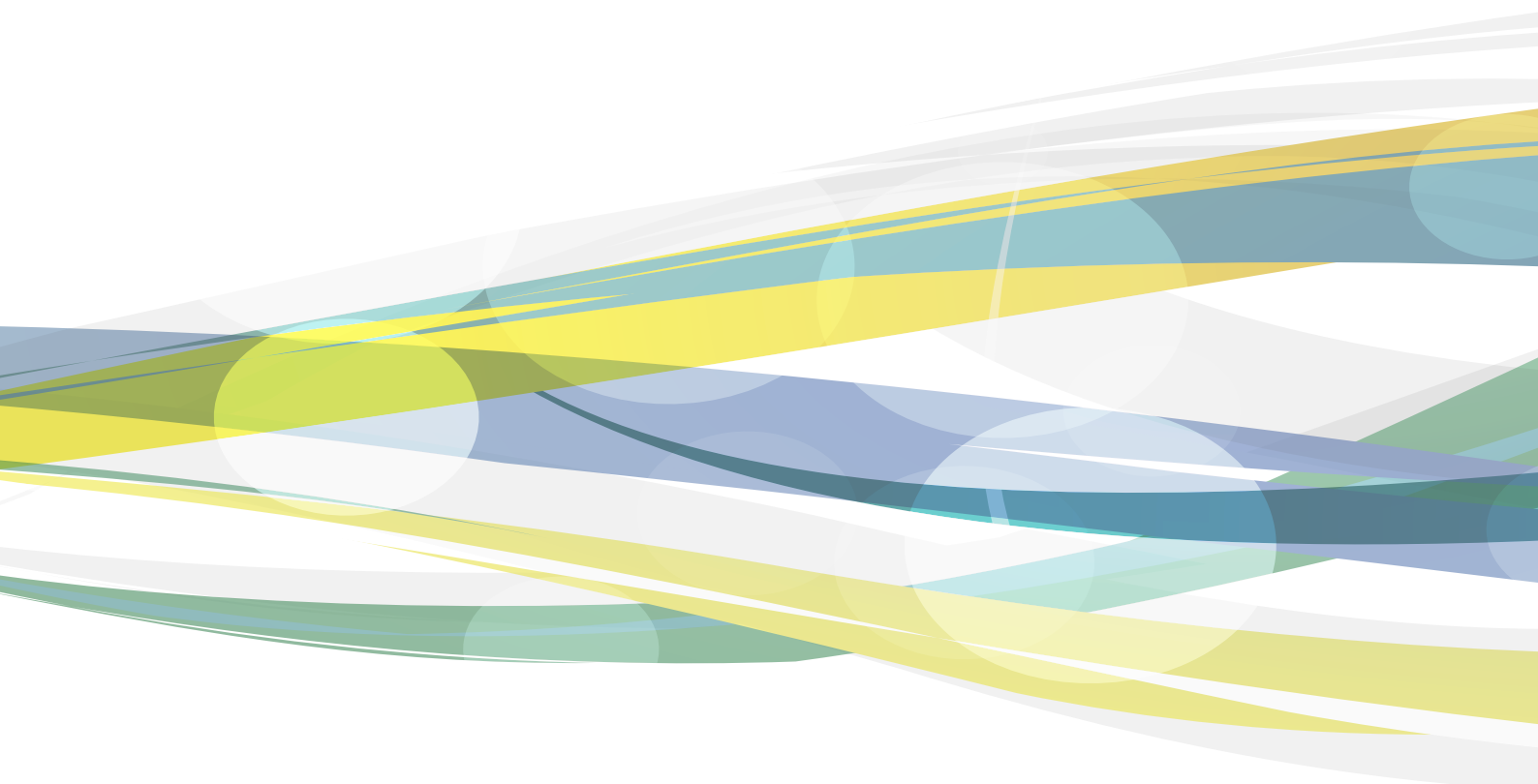
Público-alvo: servidores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Nº de participantes: até 30 pessoas.

Data estimada: 1º trimestre/2013.

3. RECURSOS PREVISTOS

De acordo com o Artigo 18 da Portaria Nº 397/2012, os Órgãos e Entidades Vinculadas do MCTI deverão destinar 0,01% dos recursos dos programas e ações sob sua responsabilidade para as atividades constantes deste Plano Anual de Monitoramento e Avaliação, definidas no âmbito da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação.



Ministério da
**Ciência, Tecnologia
e Inovação**

G O V E R N O F E D E R A L
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA